

A NOÇÃO DE DEFINIDO E A DE PRESENTE DA ENUNCIÇÃO

ÓSCAR LOPES

Faculdade de Letras do Porto

- 1 - Problemas respeitantes ao presente de enunciação; marcas de escansão discursiva dos presentes de enunciação e/ou dos correlativos presentes de enquadramento referencial;
- 2 - Insuficiências funcionais-linguísticas dos conceitos de descrição definida frasal;
- 3 - A definição da nomeação como um gradiente na lógica da comunicação: graus desse gradiente, dentro da especificidade de certos sub-sistemas do artigo em português.

THE CONCEPT OF DEFINITE AND THE MOMENT OF SPEECH

1. Problems related to the moment of speech; discursive marks of scanning moments of speech and/or co-related moments of referential framing;
2. Functional-linguistic insufficiencies of the concepts of definite syntagmatic description;
3. Definiteness of reference as a gradator in communication logic; degrees of that gradator amidst the specification of certain sub-systems of the Portuguese article.

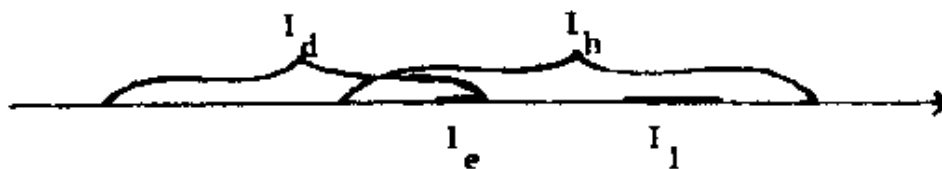
Espero que, num conjunto de comunicações sobre Invariância e Variabilidade, não venha a destoar a série de reflexões que, com exemplos da língua portuguesa, me proponho apresentar acerca das noções de presente, presença e definitude. Expressar-me-ei de um modo muito geral, mas esta abordagem tende para algoritmos de uma

logica de comunicação verbal, para a qual já hoje se dispõe de variadas e importantes contribuições.

Já num recente encontro de linguistas, em Évora, tentei esboçar os problemas fundamentais que se erguem por detrás de noções aparentemente tão simples e óbvias como as de presente e presença, quando expressas em termos de deixis linguística. Assim numa frase como:

1. Ele tem estado doente, mas ainda hoje se levanta

é fácil descobrir um certo conceito de presente que corresponde ao uso do advérbio dítico "hoje". No entanto, não é menos fácil compreender que, nesta frase, o presente à escala de um dia (tido como sendo de hoje) depende, semanticamente, de um presente de enunciação que, não apenas determina qual é, efectivamente, esse dia de hoje, mas também determina a localização de um intervalo não de todo definido em que o mencionado doente ainda "hoje" se levanta, intervalo futuro relativamente ao da enunciação mas contido no presente por ela determinado para o dítico "hoje". Por outro lado, o tempo verbal correspondente à sub-frase "Ele tem estado doente", embora tradicionalmente classificado como pretérito perfeito, é também claramente um presente, na medida em que constitui um intervalo com início anterior ao limite inicial suposto para "hoje" mas que engloba o presente de enunciação. Pode assim imaginar-se um diagrama representativo de tal situação:



sendo:  $I_e$  presente de enunciação  
 $I_h$  presente correspondente a hoje  
 $I_l$  sub-intervalo de  $I_h$  que se atribui ao levantar da cama  
 (a sua localização é meramente exemplificativa)

- 1<sub>d</sub> intervalo correspondente à referida doença (a fronteira final é exemplificativa: nada garante que, ou até quando, se prolonga)

Ora há ainda pelo menos outra forma de presente que não pode deixar de ser considerada a propósito desta frase. Trata-se (por vias mais indirectas) daquele presente genérico que ressalta em especial de frases como:

2. As aves são ovíparas

Este presente genérico também é relevante para frases com deixis temporal (ou outra), como particularmente David Kaplan tem evidenciado em trabalhos bem conhecidos (1978, 1979). Em termos Kaplanianos, numa frase como 1. haverá que distinguir entre sentido (meaning) e conteúdo (content). Do ponto de vista do seu sentido (meaning Kaplaniano) distinguiremos, como é tradicional, em lógica intensional, entre a intensão dessa frase, isto é, aquilo que ela nos diz se abstrairmos do seu intervalo de enunciação, e a sua extensão, que resulta de se atribuir um índice a esse presente de enunciação intensional, um índice objectivamente correspondente a uma data no calendário e a uma dada hora ou minuto em que a frase tenha sido enunciada. Do ponto de vista do conteúdo (content), o intervalo de enunciação é inerente à frase; por outras palavras, ela é, por assim dizer, tão eternamente válida como 2. As aves são ovíparas, na seguinte acepção: embora nós saibamos que as aves não existiram em todas as eras paleontológicas do nosso planeta, considera-se que o presente eterno dessa frase se infere de uma dada definição intemporal de ave; ora uma definição é válida para todos os tempos (alterar essa definição equivale a tão somente modificar os mundos possíveis que a validam, ou não, em dado universo lógico que se esteja considerando).

Por outras palavras, se considerarmos a frase 1. Ele tem esta-

do doente, mas ainda hoje se levanta como intrinsecamente definida em todos os seus índices de tempo, lugar, enunciador, enunciatário, etc., ela acarreta todo o presente e toda a definitude inerentes ao universo lógico de meros mundos possíveis em que se inscreve: é totalmente válida para todos os tempos (para nos fixarmos no índice dos tempos), embora válida ou inválida conforme os mundos possíveis a que se atribua. Kaplan (1978) chama carácter (character) à função que, para cada expressão dídica como eu, aqui, agora, se define entre os contextos de enunciação e os conceitos ou proposições correspondentes. Adiante esboçaremos a pertinência da lógica dos demonstrativos de Kaplan para uma lógica textual da comunicação linguística.

Estas reflexões que produzimos são suportadas pela intuição de vários dados linguísticos, que o Português exemplifica a seu modo. Assim, como se sabe, o chamado Pretérito Perfeito Composto, com o verbo auxiliar no Presente (tem estado) passou teoricamente por um uso semântico perfectivo, que ainda hoje se mantém nos casos seus análogos em que o particípio concorda com o complemento objecto directo, como, por exemplo, acontece com:

### 3. O Zé tem as cartas escritas

na interpretação em que esta frase se aproxima de:

### 4. O Zé tem as cartas já escritas.

Nesta frase estamos perante um presente resultativo, ou seja, de um estado presente que resulta do acto de se terem escrito as referidas cartas, ao passo que em frases como:

### 5. O Zé tem escrito muitas cartas nesta semana

estamos perante um presente durativo de acção intermitente, para o qual se supõe um termo inicial inscrito na semana referida por deixia verbal.

(Notemos entre parênteses que na frase 3. O Zé tem as cartas escritas, em leitura análoga à da frase 4., as cartas não foram necessariamente escritas pelo Zé; o auxiliar "ter" apenas exprime que o

sujeito, Zê, pode responder por determinadas cartas como estando já escritas.)

Os gramáticos comparativos das línguas clássicas insistem no carácter relativamente tardio e secundário que no Grego ou Latim clássicos a flexão de tempo apresenta, em relação à flexão de aspecto e à de modo (Meillet/Vendryes, 1948; Adrados, 1975). Julgo que o tratamento da semântica dos tempos, tanto das línguas clássicas indo-europeias como de outras, se encontra enredada na maneira paradoxal como em geral se encara a noção de presente. Conforme tentei sugerir, em formas verbais compostas como as que encontramos em tem estado doente, tem as cartas já escritas, tem escrito muitas cartas, o auxiliar "ter", no presente morfológico "tem", viabiliza a hipótese de que afinal se trate de variantes aspectuais durativas, resultativas ou durativas-frequentativas do presente, vem a ser, de algo que é preciso analisar com cuidado. O mesmo acontece a propósito da ambiguidade de uma dada construção do Português que assume, quer o sentido aparentemente pretérito pontual ou aorístico de:

6. Fernando Pessoa morreu há 50 anos

quer o sentido aparentemente durativo de:

7. Há 50 anos que Fernando Pessoa é discutido.

Em ambas as frases, a forma "há" sugere um presente, que na frase 6. F.P. morreu há 50 anos serviria como ponto de referência dístico para, por subtracção de 50 unidades anuais, se determinar a data de um acontecimento definido, e na frase 7. Há 50 anos que F.P. é discutido serviria para, pela mesma subtracção de 50 unidades anuais, determinar o terminus a quo de um processo dado como ainda por consumir. O duplo uso semântico desta construção com "há" (ou, equivalente, com "faz") talvez queira dizer que o facto de F.P. ter morrido em 1935 é, em qualquer dessas expressões, um facto em certo sentido presente, e vou tentar, algo espaçadamente, mostrar que

esse facto é, em qualquer das duas expressões, presente em dois sentidos principais.

Em primeiro lugar, a comunicação verbalizada alarga extraordinariamente cada situação ou cada conjunto de presenças a que se tem de reagir de um modo humano. No comportamento animal não-humano, é comparativamente fácil escandir uma série de situações e uma correspondente série de reacções bem caracterizadas e que nos aparecem como programadas, ou reprogramadas, para intervalos de alguns segundos ou, quando muito, minutos. Diversamente, as situações e reacções ligadas ao comportamento humano inscrevem-se, digamos, em mapas locais, corográficos ou geográficos e em relações de calendário de horizonte frequentemente horário, diário, mensal, anual ou secular. A concepção que correntemente temos de passado, mesmo em proposições claramente epistêmicas, como na frase:

8. Talvez Fernando Pessoa tivesse preferido ser poeta em inglês  
 pressupõe, em termos categóricos, uma dada ordem unilínea de acontecimentos, na qual, nomeadamente, se integram certos conhecimentos acerca da entidade designada como sendo Fernando Pessoa, e, operando sobre o núcleo tido como invariante e irreversível da história (unilinearmente projectada) desses acontecimentos conhecidos, propõe-se, agora, em termos dubitativos, uma sua sub-história: a sub-história de um F.P. com a preferência de ser poeta em inglês. A história categórica e irreversível inclui, por exemplo, que F.P. foi poeta em português; a sub-história dubitativa abre para mundos possíveis, não-necessariamente irreais, ou até altamente prováveis, em que F.P. teria a referida preferência. Acerca do pretérito pressupõem-se sempre algumas certezas, e essas certezas sobre o passado são da mesma ordem que a certeza sobre as leis científicas, ou têm com elas um certo comércio, pois o passado abrange todo o campo de verificação já assente para essas leis. Como se sabe, o modo de balizar o passado humano depende de leis as-

tronômicas, de regularidades cíclicas naturais em que se confia, incluindo, para longo prazo, as leis que regem a transmutação dos isótopos radioactivos do carbono, etc.; e, de qualquer modo, nenhuma história colectiva ou individual é hoje aceitável se estiver em contradição com leis conhecidas, o que impõe à história real consideráveis restrições cujo reconhecimento é mais ou menos recente. O primeiro sentido em que o passado só o é por ser, de algum modo presente (presente linguisticamente marcado com a forma morfológica presente do verbo auxiliar dos chamados Pretéritos Perfeitos e do morfema "há" em construções do tipo de "x aconteceu há y unidades métricas cronológicas") - esse sentido presente do passado ainda mais se evidencia em linguística de texto, quando a um pretérito aorístico do tipo de "x abriu a porta" se segue, inferencialmente, que "a porta está aberta" (com ressalva de alterações intercalares sobrevenientes), donde a característica mudança diacrónica de um pretérito aoristo em perfeito, ou, inversamente, de um perfeito em aoristo passado. À maneira de Husserl, dir-se-ia que é muito relevante em linguística, sobretudo de texto, o princípio segundo o qual não há asserção sem postulado de universalidade, nem portanto asserção sobre o passado sem um postulado de universalidade presente em que esse passado se enquadra.

Mas passemos agora ao segundo e principal sentido em que um facto como o de F.P. ter morrido em 1935 é um facto presente, do ponto de vista da comunicação linguística. É que o sentido comunicacional de uma frase como 6. F.P. morreu há 50 anos traz duas ordens de informação a qualquer texto em que se insira. Numa dessas ordens de informação, funciona a lógica intensional e, assim, dentro de uma dada base enciclopédica inerente ao léxico usado, podemos traduzir essa frase em termos indiciais de uma lógica temporalizada (tense logic) determinados pela informação acrescida de que

ela se considera como proferida em 1985, o que (mediante outros dados que omitiremos) permite a computação de uma conclusão que, em termos de uma memória a longo prazo como a do registo civil, se pode, suponhamos, registar desta maneira:

9. Fernando Antônio Nogueira Pessoa: óbito, 20 de Novembro de 1935.  
Uma tradução, como esta, em termos de memória social a longo prazo, é importante para a comunicação verbal e corresponde ao teor socialmente objectivado da frase 6. No entanto, repare-se que tal tradução abstrai daquilo a que D. Kaplan chama o conteúdo de frase, e que é expresso por dois morfemas conjugados: a marca de pretérito em morreu e o presente que referencia a abscissa temporalmente negativa em unidades cronológicas anuais: há 50 anos.

Chega agora a oportunidade de revermos uma noção que até agora usámos de um modo frouxo: a noção de presente de enunciação. Do ponto de vista comunicativo imediato, o que interessa como presente de enunciação não é aquele intervalo de dois segundos, pouco mais ou menos, que dura a enunciação da frase 6, em relação a um relógio-calendário oficial, ou ao relógio astronómico de Greenwich. O que interessa para uma memória a curto prazo de comunicação é que a frase citada, situada em contexto efectivo e apropriado, constitui uma informação apresentada (ou reactivada) para efeito de transformar um estado informacional e disposicional anterior, que ainda não continha (ou pelo menos não reactivara) tal informação.

Trata-se de um presente de enunciação no sentido de que apresenta um dado, ou conjunto de dados, que na interpretação do destinatário (ou destinatários) pode vir até a funcionar de maneira diferente daquela que está prevista pelo enunciador, o que é capaz de motivar um recerto dialógico. Aquilo que a frase contextualmente significa pode ser, por exemplo, o seguinte: que o poeta Fernando Pessoa já não escreve há meio século, embora se mantenha em voga; ou que já não é um poeta novo, ou tão recente como poderá imaginar



-se; etc. No texto dialogal ou monologal que se segue a esta frase, surgirão outros dados inteiramente novos, especificados ou reactivados. As expressões de referência dídctica, sejam elas temporais, espaciais, pessoais-verbais, modais ou outras, ligadas à interlocução de tal frase, serão traduzidas, ora em termos de memória social objectiva a longo prazo, ora em termos de correlação dídctica que em português existem, por exemplo, entre os usos contextuais de aquí, aí, ali, do agora, o antes e o depois disto, entre os usos de isto, isso, aquilo, etc..

Extrairemos a seguinte lição importante: na lógica afectiva da comunicação, não há definitude ou conclusividade absoluta. No entanto, aquilo a que chamamos presente de enunciação está ligado a uma irreversibilidade específica, que não é, por exemplo, a irreversibilidade do 2º princípio da termodinâmica (relógio da degradação energética) nem a da difusão da luz (relógio básico para a referenciação de velocidades, sucessões ou simultaneidades), mas a irreversibilidade do próprio discurso verbalizado. Cada frase, simples ou complexa, ou cada texto, ou cada nomeação, só pode ser relevante se trazer algo que afecta o quadro do presente e das presenças, os quadros das histórias contadas ou contáveis, os quadros da perspectiva (futura, o que quer dizer contingente e não categórica) para as possibilidades, os valores julgados, as promessas, as categorias, etc. - algo que afecte os outros actos de fala ou os outros actos tout court que se estão socialmente praticando; mas algo que, todavia, seja conceptual e situacionalmente enquadrável.

Um discurso surge, ainda, como algo de irreversível e também como algo de pontuado por discontinuidades que não sincronizam umas com as outras: uma discontinuidade de estados ou fases predicáveis supõe a continuidade de coisas nomeáveis, e vice-versa. As marcas mais evidentes de discontinuidade são assinaladas pela

ocorrência (token) de termos, morfemas ou construções de carácter dftico, que já atrás ficaram exemplificadas com a labilidade e entrecruzamento de presentes de enquadramento conectados a um mesmo presente de enunciação, que sabemos agora ser um acto discreto de linguagem unilinearmente, ou irreversivelmente, ligado a outros actos de linguagem.

Mas há ainda outras marcas de descontinuidade e irreversibilidade e vou referir-me a um tipo dessas marcas, que Bühler justificadamente (deste ponto de vista) aproximou da deixis (1934): a anáfora. Num artigo clássico para a teoria do texto, H. Weinrich (1971) evidenciou o jogo existente entre o artigo indefinido e o artigo definido (acrescentemos que se poderia também considerar o demonstrativo anafórico). Esse jogo (language game, Sprachspiel, diria Wittgenstein) permite que um substantivo comum, ou sintagma nominal comum, possa figurar num texto com marcas de referência particular sem qualquer outra determinação prévia. Assim, em português, as frases:

10. Comi melão

11. Comi um melão

12. Comi melões

13. Comi dois melões

14. Comi uns melões

referem-se a partes indefinidas que tanto podem ser de melão como matéria comestível, como, tratando-se de um conjunto básico discreto de melões (10.), de uma parte singular, de uma parte numeral indefinida, de uma parte de cardinalidade dois, ou de uma parte plural cardinalmente indeterminada mas (pelo menos numa leitura possível) caracterizada por uma qualidade especial, não definida (14.). Quaisquer dessas partes se integra num conjunto designado pelo substantivo pluralizável "melão", salvo se se preferir uma entrada lexical massiva à parte para a ocorrência do nome em

10. A simples enunciação destas frases permite que a continuidade do texto mencione a qualidade do melão, o melão unitário, os melões de conjunto plural como, respectivamente, o (esse) melão (10, 11), os (esses) melões, tidos então como definidos pela propriedade correspondente à oração relativa "que comi".

Suponhamos que o texto contém várias menções do melão, melões ou qualidade de melão que o suposto enunciador comeu e verificaremos esta coisa importante: é que numa cadeia anafórica deste tipo, iniciada por um sintagma nominal indefinido e prosseguida por sintagmas nominais definidos, e até determinados de modo demonstrativo ou de modo adjectival (pois pode entretanto ter surgido a informação de que, por exemplo, os tais melões são bem maduros e de Almeirim) - numa tal cadeia anafórica, a menção de índice n tem em conta, não apenas a qualificação de o melão (ou melões) ter(em) sido comido(s) pelo enunciador da primeira frase, mas todas as qualificações que se sucederam até à menção n - 1. E, embora possamos admitir que a individualização do conjunto singular ou plural de melões se encontre já definida logo à primeira menção anafórica, a verdade é que no presente de enunciação da menção anafórica, a extensão do sintagma nominal correspondente é mínima dentro da respectiva cadeia anafórica, pelo menos em lógica intensional. Quer dizer que os mundos possíveis onde podemos imaginar o Quim a comer um belo melão bem maduro de Almeirim são menos numerosos do que os mundos possíveis em que se regista que o Quim comeu muito simplesmente um melão e que, entretanto, aumentaram as pistas que poderão conduzir à individualização (sempre relativa) do melão comido, ou dos melões comidos, em termos de uma lógica inerente à comunicação. As finalidades transacionais da comunicação e as disposições dos interlocutores é que determinam qual o grau de definitude relativa que terão como satisfatório.

Mas há outro tipo, aliás já clássico, de exemplos de referência definida ou indefinida que ainda melhor evidencia que a definitude nominal é, textualmente, um gradiente. Centrar-nos-emos num exemplo de sintagma nominal indefinido, mas facilmente encontraremos a contrapartida nominal definida de grau correspondente, imaginando para esse exemplo uma cadeia anafórica subsequente. Se, por exemplo, se disser:

15. O Tônio quer casar com uma italiana

o próprio facto de o sintagma nominal indefinido se encontrar em posição intensional, isto é, de nada na frase garantir a identificação e até a simples existência da italiana com que o Tônio quer casar - esse facto confere à frase uma múltipla ambiguidade, que apenas se poderá dissipar por meio de actos discursivos ou de actos de investigação subsequentes, de acordo com várias linhas de estratégia.

Assim, pode supor-se que o enunciador da frase conhece a italiana em causa, e, nessa hipótese, ele próprio, enunciador, poderá posteriormente identificá-la. Note-se bem: trata-se de uma asserção de re relativamente ao enunciador, mas não em relação ao destinatário. Mas pode, diferentemente, supor-se que o enunciador não conheça a italiana, e que todavia o Tônio a conheça, e, nessa hipótese, a identificação textual seguirá outros rumos, que passam, por exemplo, por uma pergunta directa ao Tônio, ou por um pedido de que o enunciador interrogue o Tônio a esse respeito. Em dada medida, poderemos, nessa hipótese, dizer que se trata de uma asserção de re do ponto de vista do sujeito do enunciado, o Tônio, mas já não do ponto de vista do enunciador. Pode ainda acontecer que o Tônio não tenha uma italiana individualizada em vista, mas simplesmente um certo perfil daquilo que seja a italiana típica, ou dos benefícios que advêm a quem tenha um cônjuge feminino de tal nacionalidade, e, nesse caso, a intensionalidade da referên-

cia é insanável, mas resta a hipótese de o discurso dialogal (ou monologal) subsequente precisar as qualificações da italiana à qual o Tónio aspira como noiva, devendo observar-se que tais qualificações podem, ou não, ser do conhecimento do enunciador, e em maior ou menor grau.

Este tipo de frase não é idiossincrásico do Português. Verifica-se talvez em todas as línguas com artigo dito indefinido, e provavelmente com gradações morfológicamente explícitas. Por exemplo, em português, a frase

15-Encontrei uma certa pessoa em estado de aflição

diferencia-se, em certa leitura e com certa entoação, de

16- Encontrei uma pessoa em estado de aflição

porque sugere ao alocutário que o enunciador identifica para si a pessoa aflita, embora não considere oportuno explicitar essa identificação, havendo mesmo uma entoação particularmente marcada em que a identificação é, não expressa, mas insinuada, graças a qualquer relação especial existente entre as pessoas envolvidas nesse acto de linguagem. Vários semanticistas, como R.Martin (1983) tentaram inventariar e classificar os diversos usos análogos dos artigos. Do ponto de vista estritamente comunicacional, há tantos usos diferentes para um tal artigo indefinido, e dos artigos definidos ou pronomes demonstrativos inseridos em cadeia anafórica, quantas estratégias dialogais ou heurísticas que permitam a sua melhor determinação extensional ou intensional. Pouco adianta uma classificação de tais usos; o que adianta é um método de indiciar as sucessivas co-referências de cada cadeia anafórica, pois o grau de sua precisão varia em função de tais índices.

As reflexões que anteriormente fizemos acerca da complexidade da noção de presente e da de referência indefinida ou definida sugerem uma proposta metodológica, que se aparenta com a das representações semânticas tais como são concebidas por H.Kamp (1980,

1982). concebe-se um texto ã imagem de um diagrama de fluxo (flow-chart) num algoritmo de programação. O discurso linguístico é sempre indirecto no sentido de que cada acto linguístico traduz para as suas coordenadas e enunciação, isto é, para o seu presente de enunciação como acto único e ordenado, irreversível, de linguagem, traduz para as suas presenças de expressão dífctica (aqui/aí/ali, este/esse/aquele, assim/de outra maneira, etc.) certos dados que o interlocutor de antes e de depois, ou até o próprio enunciador quando em mudança objectiva, têm de traduzir por outras formas correlatas do jogo idiomático da deixis, ou têm de traduzir por um código social de memória a prazo comparativamente longo, ou em graus de definitude referencial que só a experiência interactiva ou interlocutória vai tornando adequados e eficazes.

Cabe aos linguistas descobrir as regras universais ou idiomáticas dos jogos de linguagem que inconscientemente se respeitam, numa lógica que se entrevê como muito promitente: a lógica efectiva da contextualidade e comunicação linguísticas, para a qual já encontramos aportações importantes em, por exmplo, Stalnaker (1978) e na teoria comunicacional da referência de Castañeda (1979).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRADOS, F.R. : Linguística Indoeuropea, 2 vols., Gredos, Madrid, 1975
- BÜHLER, K. : Sprachtheorie, 1934, 2ª ed. não-modificada 1965, Fisher, Estugarda
- CASTAÑEDA, H.-N. : On the Philosophical Foundations of the Theory of Communication: Reference, in French Uehling/Wettstein (eds) Contemporary Perspectives in the Philosophy of language, Univ. of Minnesota Press, Minneapolis, 1978, pp. 125-146 e ainda 151-158
- KAMP, H. : Some Remarks on the Logic of Change, in Rohrer, C. (hersg.): Time, Tense and Quantifiers, Niemeyer, 1980, pp. 135-180; e A Theory of Truth and Semantic Representation, in Grendijk/Janssen/Stokhof (eds): Formal Methodes in the Studies of Language, Part 1, Mathematical Centrum, Amesterdao, 1981, pp. 277-322
- KAPLAN, D. : Dthat, in Cole, P. : Syntax and Semantics, 9, Pragmatics, Academic Press, N.I./S.Francisco/Londres, 1978, pp. 221-244, também incluído no vol. seguidamente referido; On the Logic of Demonstratives, in French/Uehling/Wettstein (eds): Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language, Minneapolis, 1979, reimpressão 1981, pp. 401-412.
- MARTIN, R. : Pour une Logique du Sens, PUF, 1983
- MEILLET, A./Vendryes, J. : Traité de Grammaire comparée des Langues Classiques, 2ª ed., Paris, 1948
- STALNAKER, R. C. : Assertion, in Cole, P. : Syntax and Semantics 9, Pragmatics, Academic Press, N.I./S.Francisco/Londres, 1978, pp. 315-332
- WEINRICH, H. : The Textual Function of the French Article, in Chatman, S. (ed.), The Literary Style, A Symposium, Londres, Nova Iorque, 1971, pp. 221-244, versão alemã em Kallmeyer/Klein/Meyer-Hermann/Netzer/Siebert: Lekturrekolleg zur Linguistik, Band 2, Fisher Athenäum, 1974, pp. 266-293.